

A INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

VITÓRIA DOMINGUES RITA¹; LEILA CRISTIANE P. FINOQUETO²; THABATA VIVIANE BRANDÃO GOMES³; RODOLFO NOVELLINO BENDA⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas – vit.domingues.rita@hotmail.com*

²*Universidade Federal do Rio Grande*

³*Universidade Federal de Pelotas – thabatagomes@yahoo.com.br*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – rodolfobenda@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou entender como os professores de Educação Física da rede pública de ensino da cidade de Rio Grande/RS tratam das questões do cotidiano frente à prática pedagógica com alunos deficientes. Dentre as questões abordadas o intuito era extrair informações de como e quais questões influenciavam para que os docentes consigam incluí-los nas aulas de Educação Física do Ensino Médio.

Os questionamentos da importância da elaboração do trabalho partiram do princípio da criação de algumas leis de inclusão relacionadas à educação que, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) é um direito de todos, o que garante o pleno desenvolvimento da pessoa. Pensando em algumas dessas leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 1990 (BRASIL, 1990) sendo de extremo valor para o desenvolvimento e crescimento pessoal de diversas crianças com transtornos do desenvolvimento onde destacamos a importância do artigo 54, onde traz nos itens dois e três a questão da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio e o atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência” (escrito conforme o documento) preferencialmente na rede regular de Ensino.

O conjunto de Leis e Decretos existentes que versam sobre a inclusão e a inclusão escolar constitui aquilo que LOPES e FABRIS (2013) denominam de um “imperativo de Estado quanto uma estratégia educacional”. Para LOPES e FABRIS (2013, p. 212), “inclusão como imperativo implica, pelo seu caráter de abrangência e de imposição a todos, que ninguém possa deixar de cumprí-la, que nenhuma instituição ou órgão público possa dela declinar”.

A escolha pelo tema se deu por afinidade com a temática inclusão, o refinamento para realizar nas escolas de Ensino Médio partiu após realizar um mapeamento das produções acadêmico-científicas acerca da inclusão na área da Educação Física em 3 periódicos e não foram encontradas produções realizadas sobre a inclusão no Ensino Médio. Assim, o objetivo principal da pesquisa concentrou-se em compreender o cotidiano dos/as professores/as que atuam com alunos inclusos nas aulas de Educação Física no Ensino Médio no movimento da educação inclusiva na rede estadual de Ensino Médio do município de Rio Grande/RS.

2. MÉTODO

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, caracterizou-se como um estudo descritivo. Para a realização desta pesquisa, foi feito o contato com todas as escolas estaduais de Ensino Médio da cidade de Rio Grande/RS. Das 13 escolas contatadas por

telefone, por conta do fechamento das escolas em decorrência da pandemia, foi pedida a permissão pela escola aos professores para me fornecer o telefone de contato dos docentes e ao entrar em contato obtivemos a resposta de nove (9) professores/as de Educação Física que atuaram ou atuam com alunos com deficiências em suas aulas, cada professor representando uma escola. Atravessadas pela pandemia da COVID-19, o contato foi realizado via Whatsapp com esses professores no mês de julho de 2021, onde alguns deles se disponibilizaram a passar o contato dos colegas e assim totalizando os 9 participantes da pesquisa. A escolha pelo uso do questionário se deu por conta da pandemia que tornou inviável a observação dos espaços de trabalho dos professores mas que acabou dando liberdade para os professores de responderem sem se sentirem pressionados. O questionário foi encaminhado no mesmo mês de contato via Google Forms, que continha junto às perguntas o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com questões que indagavam sobre a formação inicial e continuada, perspectiva de inclusão, propostas que eles utilizavam nas aulas com vistas à inclusão e se existiam redes de apoio/projetos políticos pedagógicos voltados a educação inclusiva. Predominantemente os professores responderam ao questionário ao primeiro contato, posteriormente foi necessário um segundo contato com apenas 2 (dois) professores para responder e em seguida o pedido foi atendido. A fim de preservar a identidade dos participantes, os/as professores/as foram reconhecidos/as, neste trabalho, pelas letras P seguidos pelo número, ficando de P1 a P9. No quadro abaixo, segue a idade, tempo de atuação e instituição de formação dos professores participantes.

Tabela 1. Dados sobre os professores

PROFESSOR	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO
P1	36 anos	5 anos	FURG
P2	55 anos	4 anos	FURG
P3	58 anos	31 anos	UFPEL
P4	32 anos	9 anos	UFPEL
P5	47 anos	8 anos	FURG
P6	39 anos	7 anos	FURG
P7	34 anos	11 anos	UFPEL
P8	48 anos	20 anos	UFPEL
P9	32 anos	7 anos	FURG

Fonte: própria da autora.

Ao analisar os questionários, pautadas na análise de conteúdo de Bardin (2011), foram construídas quatro categorias, a saber: O olhar sobre o que é a inclusão na escola; a exclusão da temática inclusão na Formação Inicial e Continuada; entre (in)seguranças e as improvisações nas aulas de Educação Física e o poder da docência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação da primeira categoria(o olhar sobre o que a inclusão na escola) se deu através da explicação dos professores de como eles viam a inclusão na escola, inicialmente a ideia era o que era inclusão de forma geral mas muitos professores explanaram o que viviam ou enxergavam de uma inclusão dentro das suas aulas. Assim, fazendo o afunilamento da perspectiva para o âmbito escolar.

A segunda categoria (A exclusão da temática Inclusão na Formação Inicial e Continuada) permeia as questões sobre a formação dos professores, tanto no período de graduação quanto após. Ao levantar as questões da formação continuada, o enfoque foi sobre a formação oferecida pelo Estado e a instituição de ensino que os docentes trabalham, buscando enfatizar a disponibilização (ou não) de formação continuada voltada para a educação inclusiva nos ambientes escolares.

Em relação à formação acadêmica, dos nove entrevistados, apenas dois professores/as tiveram cadeiras voltadas à temática da inclusão, ambos graduados pela UFPEL. Os demais afirmaram que não tiveram ou tiveram apenas discussões pontuais sobre o assunto. P2 é o professor com 4 anos de atuação, enquanto P3 é o mais experiente na atuação com 31 anos de formação e atuação. Mesmo com 27 anos de diferença entre uma graduação e outra, ambos não tiveram cadeiras voltadas à educação inclusiva dentro das universidades; P2 relatou que o assunto inclusão foi comentado em algumas cadeiras, mas nada específico. Em relação à formação continuada, sete dos nove professores relataram não terem sido ofertados nenhum tipo de curso de capacitação que seja relacionado à educação inclusiva. Os outros dois não tiveram cursos, lembram apenas de palestras oferecidas pelo Estado. P1 relata que por interesse próprio buscou cursos particulares de educação inclusiva e Libras; P5 e P6 relataram que possuem especialização em educação inclusiva.

A terceira categoria (Entre (in)seguranças, improvisações e dificuldades nas aulas de Educação Física) foi construída através das respostas dos docentes onde falavam sobre suas realidades em lecionar para os alunos inclusos, envolvendo questões de infraestrutura, falta de segurança e materiais (ou a falta deles) para desenvolver suas aulas, como um professor mesmo cita “tendo que abusar da criatividade”. A quarta e ultima categoria (o poder da docência) visto que por mais que expusemos aqui o quê os professores acreditam que precise ser necessário para que haja uma escola inclusa, todos os relatos evidenciaram a atuação do professor para que aquele aluno pudesse se sentir parte da aula, sendo assim, o destaque a essa categoria se dá ao professor mesmo que eles enfatizem a importância do papel de todos os setores institucionais para haver a inclusão e que estamos totalmente de acordo.

4. CONCLUSÕES

Ao final da realização do trabalho é possível compreender que por mais que existam inúmeros fatores que dificultam o trabalho dos docentes nas escolas para efetivar a inclusão, por mais que as políticas públicas existentes reflitam os movimentos da sociedade em diferentes tempos, na prática não há garantias da sua exequibilidade. Por outro lado, registros de turmas com, aproximadamente, 30/40 alunos; docentes sem formação continuada e/ou inicial que tenham tematizado a inclusão, são fatores que ainda não impedem a disposição lecionar e superar as adversidades existentes para que todos/as os/as alunos/as se sintam parte da turma. As potências do processo inclusivo encontradas nas aulas de Educação Física relacionado à inclusão estão relacionadas com a questão coletiva onde os professores enxergam essa coletividade para além da sala de aula, com a importância da valorização do próximo e assumem que isso tem ajudado os alunos na evolução no ambiente pessoal, na adaptação nesses ambientes e influenciar em uma resposta positiva dos alunos frente à diferença. Quanto aos desafios, elencamos a infraestrutura das escolas, onde não estão preparadas



para receber alunos que precisam de mais acessibilidade, além de que os docentes precisam estar mais preparados para o trabalho o trabalho de inclusão.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

CHICON, J. F. et al. Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 17, n. 4, p. 185-202, 2011.

DAMAZIO, M. S.; SILVA, M. F. P.. O ensino da educação física e o espaço físico em questão. **Pensar a prática**, v. 11, n. 2, p. 189-196, 2008.

GASPARI, T. C. et al. A realidade dos professores de Educação Física na escola: suas dificuldades e sugestões. **Revista Mineira de educação física**, v. 14, n. 1, p. 109-137, 2006.

GOELLNER, S. **Mulher e Esporte no Brasil: fragmentos de uma história generificada**. In: SIMÕES, Antonio Carlos; KNIJNIK, Jorge Dorfman. O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004. p. 359-374.

LIMA, S. R. Formação inicial e práticas docentes inclusivas em educação física escolar. **Caderno Brasileiro de Ciências do Esporte**. 2020, v. 13.

LIVRAMENTO, M. dos SC; RAMOS, E.S. A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular. **Entrelaçando—Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. **Caderno Temático VI**: Educação Especial e Inclusão, n. 8, p. 132-140, 2013.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H.. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2013.